

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2018
Circulante		640.686	345.422	Circulante		503.642	441.142
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	561.662	206.441	Salários, provisão e encargos sociais.....	16	54.969	57.934
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	12.573	12.756	Fornecedores e prestadores de serviços.....		10.100	19.557
Contas a receber de clientes, líquidas	7	49.285	61.994	Impostos e contribuições	17	23.864	25.429
Estoques.....		463	531	Plano de pensão		1.784	2.543
Créditos tributários.....	8	8.215	49.530	Obras efetuadas por arrendatários	19	18.026	17.192
Outros créditos.....	15	8.488	14.170	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	20	367.025	285.329
				Provisão Plano Deslig.Incentivado Voluntário PIDV.....	21	2.772	-
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		299	16.561
				Outras obrigações	24	24.803	16.597
Não Circulante		2.369.509	2.432.693	Não Circulante		2.454.623	1.387.299
Realizável a Longo Prazo		677.112	698.832	Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		-	300
Contas a receber de clientes, líquidas	7	27.607	53.931	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	20	116.615	103.998
Partes relacionadas.....	9	7.294	8.705	Receita diferida.....	22	311.978	337.686
Depósitos judiciais	10	147.611	131.695	Obras efetuadas por arrendatários	19	101.558	114.162
Bens destinados à alienação.....	11	243	342	Provisão Plano de Pensão - Déficit.....	18	1.082.028	
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	33	493.666	489.141	Créditos da União para aumento de capital.....	23	842.444	791.715
Outros créditos.....	15	691	15.018	Outras obrigações	24	-	39.438
				Patrimônio Líquido		51.930	949.674
Imobilizado Líquido.....	12	1.685.792	1.723.282	Capital social.....	25	1.414.100	1.414.100
Intangível.....	13	6.605	10.579	Prejuízos acumulados.....		(1.259.209)	(464.426)
				Outros Resultados Abrangentes.....		(102.961)	-
TOTAL DO ATIVO		3.010.195	2.778.115	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.010.195	2.778.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	2019	2018
Receita líquida	26	967.347	893.108
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	27	(342.203)	(439.494)
Lucro bruto		625.144	453.614
Outras receitas (despesas) operacionais		(421.164)	(1.098.718)
Despesas administrativas e gerais	28	(222.723)	(230.968)
Outras receitas operacionais	29	2.689	366.569
Outras despesas operacionais	30	(201.131)	(1.234.319)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		203.979	(645.104)
Resultado financeiro		(21.451)	(36.607)
Receitas financeiras	31	33.104	27.185
Despesas financeiras	31	(54.555)	(63.792)
Lucro (prejuízo) operacional das operações continuadas		182.528	(681.711)
Resultado das operações descontinuadas (Terminal de Laguna). 32		(3.509)	(5.538)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		179.019	(687.249)
Imposto de renda e Contribuição Social..... 33		(91.731)	218.525
Corrente		(96.257)	-
Diferido.....		4.525	218.525
Lucro (Prejuízo) do exercício		87.287	(468.725)
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,53	(1,71)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(em milhares de reais)

Lucro (Prejuízo) do exercício	87.287	(468.725)
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefícios definidos.....	(102.961)	-
Resultado abrangente total	(15.674)	(468.725)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2017	1.414.100	-	312	4.430	-	1.418.842
Ajuste de Exercícios Anteriores.....	-	-	-	-	(922.418)	(922.418)
Resgate de ações minoritários.....	-	-	-	(443)	-	(443)
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	(468.725)	(468.725)
Compensação do Prejuízo.....	-	-	(312)	(3.987)	4.299	-
SALDOS EM 31/12/2018	1.414.100	-	-	-	(1.386.844)	27.256
Ajuste por transferência do patrimônio de porto administrado.....	-	-	-	-	40.347	40.347
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	87.288	87.288
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Plano de Pensão.....	-	(102.961)	-	-	-	(102.961)
SALDOS EM 31/12/2019	1.414.100	(102.961)	-	-	(1.259.209)	51.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	1.112.222	991.911
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(130.033)	(230.987)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(255.303)	(272.124)
Valores pagos de encargos sociais	(74.409)	(78.117)
Valores pagos de contingências	(87.463)	(113.017)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(94.251)	(112.439)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(91.289)	(40.775)
Valores pagos de juros	(818)	(5.360)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(9.251)	(26.152)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	369.405	112.939
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(18.510)	(43.352)
Aquisição de intangível.....	(60)	(303)
Alienação de imobilizado	947	2.296
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos .	(17.623)	(41.360)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	3.439	27.402
Juros sobre capital próprio pagos	-	(1.500)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	3.439	25.902
Aumento (redução) nas disponibilidades.....	<u>355.221</u>	<u>97.481</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	206.441	108.960
Saldo final de caixa e equivalentes	561.662	206.441
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	<u>355.221</u>	<u>97.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas (Despesas)	1.067.879	1.020.027
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	714.269	644.966
Arrendamentos operacionais e aluguéis	398.799	382.447
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(45.123)	(4.870)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(66)	(2.516)
Insumos adquiridos de terceiros	(251.965)	(456.170)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(117.883)	(293.373)
Outros custos	(134.082)	(162.797)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	815.914	563.857
Depreciação e amortização.....	(45.720)	(43.884)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	770.194	519.973
Valor adicionado recebido em transferência	33.104	27.626
Receitas financeiras	33.104	27.626
Valor adicionado a distribuir	803.298	547.599
Distribuição do valor adicionado	803.298	547.599
<u>Pessoal</u>	367.309	276.366
Remuneração direta.....	269.608	238.600
Benefícios.....	29.061	32.994
Benefícios pós-emprego.....	26.568	27.917
Participação no lucro.....	-	375
FGTS.....	16.099	18.145
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas.....	23.250	(44.477)
Honorários da diretoria	2.723	2.812
<u>Tributos</u>	285.320	152.019
Federais.....	248.101	133.681
IRPJ e CSLL diferidos.....	(4.525)	(5.131)
Estaduais.....	8.284	6.903
Municipais.....	33.460	16.566
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	63.382	74.782
Despesas financeiras	54.555	62.846
Aluguéis.....	8.827	11.936
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	87.287	44.432
Juros sobre capital próprio propostos.....	-	1.500
Lucros retidos / prejuízo do exercício.....	87.287	42.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(em milhares de reais)

1 – Base de cálculo	2019			2018		
Receita líquida (RL)			967.791			893.425
Resultado operacional (RO)			179.018			(687.250)
Folha de pagamento bruta (FPB)			213.306			224.721
2 – Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	13.517	6,34%	1,40%	15.192	6,76%	1,70%
Encargos sociais compulsórios	70.553	33,08%	7,29%	77.439	34,46%	8,67%
Previdência privada	16.688	7,82%	1,72%	17.234	7,67%	1,93%
Saúde	14.662	6,87%	1,51%	15.460	6,88%	1,73%
Segurança e medicina no trabalho	129	0,06%	0,01%	109	0,05%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	917	0,43%	0,09%	355	0,16%	0,04%
Creches ou auxílio – creche	131	0,06%	0,01%	114	0,05%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	803	0,38%	0,08%	849	0,38%	0,10%
Bolsa/estágio	794	0,37%	0,08%	1.830	0,81%	0,20%
Outros	2.855	1,34%	0,30%	2.932	1,30%	0,33%
Total – Indicadores sociais internos	121.049	56,75%	12,51%	131.514	58,52%	14,72%
3 – Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	245	0,14%	0,03%	414	-0,06%	0,05%
Esporte.....	0	0,00%	0,00%	38	-0,01%	0,00%
Outros	206	0,12%	0,02%	255	-0,04%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	452	0,25%	0,05%	707	-0,10%	0,08%
Tributos (excluídos encargos sociais)	241.255	134,78%	24,93%	131.353	-19,10%	14,70%
Total – Indicadores sociais externos	241.707	135,02%	24,98%	132.060	-19,22%	14,78%
4 – Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empres	880	0,49%	0,09%	880	-0,13%	0,10%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	880	0,49%	0,09%	880	-0,13%	0,10%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre 51% a 75%		(x) não possui metas () cumpre 51% a 75%		() cumpre 51% a 75%	
	() cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100%		() cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100%		() cumpre 76% a 100%	
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1295			1351		
Nº de admissões durante o período	38			18		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	256			828		
Nº de estagiários(as)	22			131		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	731			744		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	173			173		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,35%			17,00%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	328			340		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	16,81%			17,45%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	7			2		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2019			Metas 2020	
Relação entre a maior e a menor remuneração		28,77			-	
Número total de acidentes de trabalho		14			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 35	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas.....	Na empresa 100,00%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
em milhares de reais, exceto pela nota nº 36

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, doravante denominada "CODESP" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social. A CODESP administrou a partir de 29/12/2015, através do Convênio 001/2015, o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, sendo que em 16/10/2019 o referido convênio foi rescindido com o Ministério da Infraestrutura através do Extrato do Termo de Rescisão Amigável nº 001/2019, que celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, e a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP.

Em agosto de 2019 a Companhia Docas do Estado de São Paulo, foi qualificada pelo Governo Federal para ser desestatizada através do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Desta forma, a previsão é de que os estudos para desestatização sejam aprovados até 2020 e todo esse processo seja concluído até 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e Pronunciamentos Contábeis do CPC, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros:

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, para negociação e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Redução ao valor recuperável (Impairment):

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades, calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição, conforme CPC 16.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Partes Relacionadas Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da CODESP, aprovada pelo Conselho de Administração em 28/03/2018.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até o final do exercício.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2): O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário de 2019.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro– IFRIC 23 /ICPC 22 – IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos materiais na adoção do IFRIC 23.

Receita Diferida: A companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Os valores recebidos antecipadamente são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões, ativos e passivos contingentes:

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Imposto de Renda e contribuição social corrente:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a existência de lucro tributável.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a

riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, já está em fase de licitação e previstos para ocorrerem no menor período de tempo possível.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

O conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa engloba, além das disponibilidades propriamente ditas (caixa e bancos), valores que possam ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, sem riscos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	13.876	10.945
Aplicações financeiras	547.786	195.496
Total	<u>561.662</u>	<u>206.441</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, pois, conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de renda fixa – BB	269.660	37.470
Fundo de Renda fixa – CEF	278.126	158.026
Total	<u>547.786</u>	<u>195.496</u>

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Banco do Brasil remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 23 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2019. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa. Das obras apontadas abaixo, o item 1 está concluída e as demais estão paralisadas mas com estudos sobre sua continuidade. Para projetos encerrados ou cancelados, será pedido a União que remaneje os valores para outros investimentos.

Valores Vinculados à aplicação em infraestrutura	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
1-Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	58	58
2-Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios (SP)	6.877	6.876
3-Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
4-Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	3.632	3.632
5-Construção Av. Perimetral Portuária em Santos	-	68
Subtotal	12.567	12.635
Rendimentos financeiros	6	121
Saldo Total	12.573	12.756

Por vezes, a CODESP necessita cumprir suas obrigações contratuais com seus fornecedores referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte do Governo Federal. Referente ao exposto anteriormente, em 31/12/2019 à companhia é credora do valor de R\$ 611 (R\$ 35 em 31/12/2018), conforme quadro abaixo:

Investimentos em Infraestrutura	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
- Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	100	35
- Avenida Perimetral - Santos	511	-
Total	<u>611</u>	<u>35</u>

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valores a receber de serviços prestados	132.126	138.269
Valores a Receber de empresas em recuperação judicial	15.275	7.806
Total de Valores a Receber	<u>147.401</u>	<u>146.075</u>
(-) Perdas esperadas c/ créditos liquidação duvidosa-PECLD	(70.509)	(30.150)
Total	<u>76.892</u>	<u>115.925</u>
Circulante	49.285	61.994
Não Circulante	27.607	53.931

O acréscimo verificado em perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa deve-se a inclusão dos valores a receber do Grupo Rodrimar, que ajuizou pedido de Recuperação Judicial em 26/05/2019, além de outras inclusões menores. Nesta conta (PECLD) estão incluídos apenas empresas com processos judicializados, pois, as perdas normais das atividades da empresa não tem materialidade relevante. O procedimento contábil está em conformidade com as orientações contidas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo, sendo que a redução relevante do valor de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL se deve a perda definitiva de créditos da Libra contabilizadas no ano de 2018 que foram utilizados no exercício corrente.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	2.111	49.233
Impostos retidos sobre faturamento	93	72
Contribuição Social s/LL Pago a Maior	1.657	-
Imposto de Renda a Restituir	4.229	-
FGTS pago a maior	125	225
Total	<u>8.215</u>	<u>49.530</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. E transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação, conforme CPC 05.

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério da Infraestrutura. Como pode haver uma perda referente a esses valores, foi constituída uma provisão com o título de valores contestados com esta quantia. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ministério da Infraestrutura	52.359	49.234
(-) Valores contestados	(45.463)	(40.699)
Ministério da Economia em Itajai/SC	17	23
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	84	37
Ministério do Trabalho	297	110
Total	<u>7.294</u>	<u>8.705</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os depósitos recursais visam garantir o recurso de sentença e sua recuperação pode ser considerada remota e os valores estão assim segregados por sua natureza:

Detalhe	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos Recursais Cíveis	22.046	27.400
Depósitos Recursais Trabalhistas	118.374	97.241
Depósitos Recursais Tributários	2.961	2.960
Ações Regressivas Trabalhistas	4.230	4.094
Total	<u>147.611</u>	<u>131.695</u>

11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não

permite identificar, com certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2018	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2019
Mobiliário em Geral	1.691	198	(12)	(276)	16	1.617
Veículos	876	-	(15)	(121)	-	739
Máquinas Motores e Aparelhos	7.032	185	(53)	(1.288)	-	5.876
Equipamentos Diversos	1.854	-	(55)	(198)	-	1.601
Outros Bens Móveis	106	-	-	(10)	-	96
Equipamentos de Informática	6.135	1.187	(10)	(1.321)	2.954	8.945
Edifícios	30.555	-	-	(1.165)	-	29.390
Instalações	748.963	71	-	(11.784)	102	737.352
Obras em Andamento (*)	50.038	4.313	(1.612)	-	(3.434)	49.305
Bens Móveis para Fins Industriais	5.128	-	-	(504)	-	4.624
Bens Imóveis para Fins Industriais	30.287	-	-	(3.201)	-	27.086
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	177.911	-	-	(11.010)	362	167.263
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	20.664	-	-	(1.001)	-	19.663
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	547.608	-	-	(9.807)	-	537.801
Total	1.723.282	5.954	(1.757)	(41.686)	-	1.685.792

(*) As baixas nesta classe referem-se aos bens de Laguna, que foram baixados pelo fim do convênio.

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2018
Mobiliário em Geral	1.842	201	-	(312)	(41)	1.690
Veículos	987	11	-	(123)	-	876
Máquinas Motores e Aparelhos	8.213	131	-	(1.295)	(18)	7.031
Equipamentos Diversos	2.064	12	(1)	(214)	(7)	1.854
Outros Bens Móveis	117	(1)	-	(10)	-	106
Equipamentos de Informática	7.018	550	-	(1.358)	(74)	6.137
Edifícios	31.720	-	-	(1.166)	-	30.554
Instalações	512.553	4.940	-	(10.615)	242.084	748.962
Obras em Andamento	303.231	13.369	(7.292)	-	(259.268)	50.040
Bens Móveis para Fins Industriais	6.091	-	-	(526)	(437)	5.128
Bens Imóveis para Fins Industriais	33.525	1	-	(3.238)	-	30.288
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	178.557	-	(2.593)	(10.529)	12.476	177.911
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	21.667	-	-	(1.004)	-	20.663
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	552.705	-	-	(9.799)	4.702	547.608
Total	1.754.724	19.214	(9.886)	(40.189)	(583)	1.723.282

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 6.605 (R\$ 10.579 em 31/12/2018) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2019 a 30-04-2020.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Riscos operacionais	427.492	425.844
Automóveis	3.649	4.249
Responsabilidade civil	30.000	30.500

15. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Renegociação de faturas a receber	6.654	25.417
Férias a apropriar	1.392	2.895
Sinistros cobertos por apólice	292	282
Plano de Saúde	513	440
Diversos	202	28
Prefeitura de Santos	126	126
Total	<u>9.179</u>	<u>29.188</u>
Circulante	8.488	14.170
Não Circulante	691	15.018

Renegociação de faturas é composto por faturas emitidas e não pagas, para as quais foram feitos acordos de pagamento parcelados. A redução do valor em relação ao exercício anterior foi, principalmente, em virtude da transferência do parcelamento da Rodrimar, devido ao pedido de Recuperação Judicial, para o Contas a Receber (ver Nota Explicativa nº 7).

16. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	11.372	11.445
Benefícios a empregados – Férias	35.973	38.658
Benefícios a empregados – 13º salário	-	-
Encargos sociais	7.505	7.712
Remuneração variável de administradores – 2017	119	119
Total	<u>54.969</u>	<u>57.934</u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	580	420
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	904	994
Retenção para seguridade social - INSS	352	579
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.658	8.906
Programa de integração social - PIS	1.275	1.326
Contribuição financiamento seguridade social-COFINS	5.899	6.230
Imposto sobre serviços - ISS	964	1.088
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.232	5.886
Total - Circulante	<u>23.864</u>	<u>25.429</u>

18. PLANO DE PENSÃO

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício – Plano de Benefício Portus 1 PBP1–, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob o nº 19.780.055– 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11. O déficit atuarial da Codesp apontado no Balanço Patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 1,082 bilhão, calculado seguindo o CPC 23, será equacionado conforme as regras estabelecidas no Plano de Equacionamento do Déficit (PED), aprovado pelo Conselho de Administração da CODESP (em sua 578ª Reunião realizada em 20/02/2020), com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As contribuições extraordinárias a serem efetuadas de forma paritária entre patrocinadoras e participantes para equacionar o déficit do plano de pensão irão se iniciar no ano calendário de 2020. As informações atuariais, de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, estão apresentadas abaixo:

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	2019	2018
1. Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,096%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	4,000%	4,000%
4. Indexador do benefício (apenas inflação)	3,500%	4,000%

Base de dados:

	2019	2018
Participantes ativos (passivo principal)	377	384
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.094	4.105
Aposentados	2.511	2.527
Pensionistas	1.583	1.578
Número total de participantes	4.471	4.489
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50

Formação do Déficit:

	2019	2018
Saldo do passivo atuarial – início de exercício	922.418	-
(+) Custo do benefício definido – efeito no resultado	73.542	-
(-) Pagamento de contribuições	(16.893)	-
(+)/(-) Remuneração atuarial – efeito no PL	102.961	-
Saldo do passivo atuarial – início de exercício	1.082.028	922.418

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	2019		2018	
1. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	658	0,18%	4	0,00%
2.b Realizável	57.103	15,43%	204.474	35,06%
2.c Títulos Públicos	38.748	10,47%	-	0,00%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	107.283	28,96%	106.839	18,32%
2.f Fundos de Investimentos	39.860	10,77%	143.419	24,59%
Renda Fixa	39.618	10,70%	143.173	24,55%
Imobiliário	242	0,07%	245	0,04%
2.g Investimentos Imobiliários	115.982	31,33%	118.048	20,24%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros - Depósitos Judiciários	10.627	2,87%	10.469	1,79%
Total Ativo	370.182	100,00%	583.254	100,00%
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(8.828)		(80.415)	
(-) Uso Próprio	(5.654)		(7.491)	
(-) Exigível Operacional	(18.652)		(10.482)	
(-) Exigível Contingencial	(15.680)		(17.043)	
(-) Fundo Previdencial	(40.348)		(43.410)	
(-) Fundo de Investimento	(6.798)		(6.137)	
(-) Fundo administrativo	(69.664)		(84.635)	
Valor Justo dos Ativos (Total)	204.558		333.641	
Valor Justo dos Ativos	204.558		333.641	
Percentual rateio	51,726%		51,726%	
Valor Justo dos Ativos	105.810		172.580	

Outras premissas atuariais materiais:

Outras premissas atuariais materiais (Descrição)	2019	2018
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss

Conciliação da obrigação de benefício definido – Segregado 2019

	2019	2018
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	534.943	1.366.182
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(1.838)	-
3. Custo dos juros	48.658	118.741
4. Contribuições de participantes do plano	6.219	-
5. Benefícios pagos	-	(120.502)
6. (Ganho) / perda atuarial	(232.130)	(242.017)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	93.430	225.574
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(54.847)	25.038
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	(270.713)	(492.628)
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	355.851	1.122.404

Análises de Sensibilidade

Detalhamento	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em 31/12/2019
	10%	-10%	0,25%	-0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.449.051	1.509.889	1.447.280	1.510.462	1.478.256
Valor justo dos ativos do plano	105.810	105.810	105.810	105.810	105.810
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(1.343.241)	(1.404.079)	(1.341.469)	(1.404.651)	(1.372.445)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	679.869	679.869	679.869	679.869	679.869
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	127.082	132.417	126.926	132.467	129.643
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(536.290)	(591.792)	(534.674)	(592.315)	(562.933)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	276.672	305.306	275.838	305.575	290.417
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(1.066.569)	(1.098.773)	(1.065.631)	(1.099.076)	(1.082.028)
Variações:					
Varição da obrigação atuarial	-1,98%	2,14%	-2,10%	2,18%	
Varição do Passivo/Ativo líquido	-1,43%	1,55%	-1,52%	1,58%	

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);

b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas existiam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, que foram realizadas pelo arrendatário, são ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	31/12/2019	31/12/2018
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	111.673	121.793
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	7.911	9.561
Total			119.584	131.354
Circulante			18.026	17.192
Não Circulante			101.558	114.162

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a companhia não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Movimentação	Provisão Trabalhista	Provisão Cível	TOTAL
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
(+) Adições	65.682	28.669	94.351
(-) Reversão e utilização	(6.894)	(30.164)	(37.058)
Saldo em 31/12/2018	<u>208.985</u>	<u>180.342</u>	<u>389.327</u>
(+) Adições	47.188	90.855	138.043
(-) Reversão e utilização	(27.229)	(16.501)	(43.730)
Saldo em 31/12/2019	<u>228.944</u>	<u>254.696</u>	<u>483.640</u>
Circulante	212.078	154.947	367.025
Não Circulante	16.866	99.749	116.615

Provisão trabalhista

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável pelo departamento jurídico.

Provisão cível

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisão Tributária

A companhia não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer do departamento jurídico é desnecessário a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 31/12/2019, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da companhia, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 108.850 e relacionadas a contingências cíveis foi de R\$ 39.198.

21. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV

A Diretoria Executiva, em 10 de dezembro de 2019, aprovou Programa Incentivado de Desligamento Voluntário (PIDV). O período de adesões ocorre entre 10/12/2019 a 09/03/2020 e se destina aos empregados com 30 anos de serviço e idade superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos de 09/04/2020 a 09/09/2020. A implantação do programa está alinhada ao plano estratégico institucional da companhia buscando alcançar o equilíbrio econômico-financeiro.

O reconhecimento da provisão para gastos com este plano ocorrerá na medida em que os empregados realizarem a adesão. Em 31/12/2019, a companhia registrou a adesão de 21 (vinte e um) funcionários neste programa, sendo que 4 (quatro) já se desligaram da companhia.

Movimentação	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	-	-
Inscritos no PIDV	3.119	-
Revisão da provisão	-	-
Utilização por desligamento	(347)	-
Saldo final	2.772	-

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 81 do CPC 06 (R2). Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 25.708.300,83 (R\$ 25.556.163,84 em 31/12/2018), conforme composição abaixo:

	<u>PRES.69/1997</u>	<u>DP-DC.02/09</u>	<u>DP-DC.01/10</u>	<u>DIPRE.45/16</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo 31/12/2017	25.081	148.772	184.026	2.928	360.807
Receita diferida no período	-	-	2.435	-	2.435
Apropriações ao resultado	(5.101)	(8.751)	(10.826)	(878)	(25.556)
Saldo em 31/12/2018	<u>19.980</u>	<u>140.021</u>	<u>175.635</u>	<u>2.050</u>	<u>337.686</u>
Receita diferida no período	-	-	-	-	-
Apropriações ao resultado	(5.101)	(8.751)	(10.977)	(879)	(25.708)
Saldo em 31/12/2019	<u>14.879</u>	<u>131.270</u>	<u>164.658</u>	<u>1.171</u>	<u>311.978</u>

23. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	791.715	719.614
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	3.440	24.750
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	47.289	47.351
Saldo em 31 de dezembro	<u>842.444</u>	<u>791.715</u>

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	12.200	3.402
Cauções	4.689	4.868
Empréstimos para funcionários	323	399
Pensões Judiciais	540	585
Contribuições Sociais e Sindicais	312	275
Diversos	263	593
Convênio 001/2015 - Terminal Pesqueiro de Laguna	-	39.437
Total	<u>24.803</u>	<u>56.035</u>
Circulante	24.803	16.597
Não Circulante	-	39.438

Em 1988 foi criado o Adicional de Tarifa Portuária - ATP incidente sobre as tabelas das Tarifas Portuárias (Lei 7.700/1988 sendo que foi revogada pela Lei 9.309/1996). O Adiantamento de Tarifas Portuárias são depósitos efetuados antecipadamente pelos clientes e usuários do porto, que serão

abatidas ao final dos serviços prestado, quando de sua cobrança total. O Convenio 001/2015 era o Passivo do Porto de Laguna com a Codesp, que deixou de existir pelo fim de convenio e conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 31 de dezembro de 2019 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. A CODESP é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura aquaviária	526.606	477.452
- Utilização da infraestrutura terrestre	127.137	113.310
- Energia elétrica	45.193	43.726
- Outras receitas	12.886	11.381
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos e alugueis	398.799	377.022
(-) Imposto sobre serviços - ISS	(32.990)	(27.269)
(-) Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(8.135)	(7.871)
(-) Programa de integração social - PIS	(18.221)	(16.882)
(-) Contribuição financiamento seguridade social-COFINS	(83.928)	(77.761)
Total	<u>967.347</u>	<u>893.108</u>

27. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	163.598	175.179
Encargos sociais	48.467	53.928
Serviços de terceiros	73.602	154.523
Depreciação	45.720	44.399
Aluguéis	1.747	1.701
Utilidades, serviços e materiais	9.069	9.764
Total	<u>342.203</u>	<u>439.494</u>

A redução de Serviços de Terceiros refere-se à Dragagem do canal do Porto de Santos, que em 2018 era custeado pela Codesp e em 2019 passou a ser custeado pelo Ministério da Infraestrutura.

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	101.383	102.753
Encargos sociais	21.611	22.811
Serviços de Terceiros	18.954	27.036
Aluguéis	7.081	9.921
Utilidades e serviços e materiais	9.757	10.111
Impostos, taxas e contribuições	2.387	2.564
Demandas judiciais	56.400	49.566
Órgãos Colegiados	3.837	3.659
Outras despesas	1.313	2.547
Total	<u>222.723</u>	<u>230.968</u>

Os órgãos colegiados da Codesp possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas. Porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reversão de provisões	658	363.061
Cessão do direito operacional da folha de pagamento	878	878
Indenizações e Multas Contratuais	147	255
Venda de ativo imobilizado	919	2.114
Diversas	87	261
Total	<u>2.689</u>	<u>366.569</u>

A Reversão de provisão de 2018 refere-se a perda definitiva dos créditos da Libra, que estavam provisionados anteriormente e foram revertidos.

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Perdas efetivas de clientes (Libra)	-	1.155.090
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	94.313	58.788
Perda Estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	45.781	7.078
Multas	1.024	255
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	2.772	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	0	9.887
Perdas com Créditos - Decisão Judicial	0	2.559
Custo do benefício definido – Portus – Ativo/Assistidos	56.649	-
Outras	591	662
Total	<u>201.130</u>	<u>1.234.319</u>

O aumento no item PECLD se deve a inclusão da Rodrimar e outras conforme consta na Nota nº 7.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	7.383	14.891
Rendimentos de aplicações financeiras	25.204	11.206
Outras	517	1.088
Subtotal	<u>33.104</u>	<u>27.185</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(6.438)	(14.464)
Juros pagos ou incorridos	(48.117)	(49.328)
Subtotal	<u>(54.555)</u>	<u>(63.792)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(21.451)</u>	<u>(36.607)</u>

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A CODESP administrava desde 29/12/2016 o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, através do Convênio 001/2016, referente a descentralização da execução das atividades de administração, exploração, operação e manutenção daquele terminal. Em 17/10/2019 foi assinado o termo de rescisão amigável nº 001/2019 celebrado entre o Governo Federal, por intermédio Ministério da Infraestrutura, e a CODESP. As operações descontinuadas estão representadas conforme abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas líquidas	444	317
Custos dos serviços e produtos	(460)	(565)
Despesas administrativas e gerais	(3.493)	(5.290)
Resultado do Exercício	<u>(3.509)</u>	<u>(5.538)</u>

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

33.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 12 e o CPC 32, que tratam de Tributos sobre o Lucro, tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais. O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e

a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. Na CODESP, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Os impostos diferidos estão detalhados abaixo:

DETALHAMENTO	31/12/2018			
	VALOR	IRPJ – 25%	CSLL – 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	208.985	52.246	18.809	71.055
Provisão Cível	180.341	45.085	16.231	61.316
Cred. Liquidação Duvidosa	30.150	7.537	2.713	10.250
Base Negativa CSLL	1.017.163	-	91.546	91.546
Prejuízo Fiscal IRPJ	1.019.897	254.974	-	254.974
TOTAL	2.456.536	359.842	129.299	489.141
DETALHAMENTO	31/12/2019			
	VALOR	IRPJ – 25%	CSLL – 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	228.944	57.236	20.604	77.840
Provisão Cível	254.695	63.674	22.923	86.597
Cred. Liquidação Duvidosa	70.509	17.627	6.346	23.973
Base Negativa CSLL	895.507	-	80.596	80.596
Prejuízo Fiscal IRPJ	898.640	224.660	-	224.660
TOTAL	2.348.295	363.197	130.469	493.666

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme quadro abaixo:

2020	65.000
2021	63.000
2022	75.000
2023	64.500
2024 em diante	226.166

33.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

CONCILIAÇÃO DE TAXA	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Antes do Imposto de Renda		235.668	(687.249)
Alíquota oficial de Imposto de Renda e CSLL (34%)		(80.127)	233.665
Adições e Exclusões Permanentes	Base	Imposto	Imposto
Contribuições e Doações / Incentivos Fiscais	336	(114)	(334)
Despesas com administração	180	807.241	(84)
Outros Bens não Ativados	1	(13.946)	(6)
Multas	866	(294)	(58)
Complementação de aposentaria	7.004	(2.365)	(2.515)
Créditos Incobráveis Cancelados	457	(114)	(0)
Recepções e Homenagens	30	(10)	(90)
PORTUS - Contribuição Patronal	16.689	915.157	(5.859)
Lucro não tributado pelo adicional	(240)	82	-
Enc. de Deprec., Amortiz. e Baixa Bens - Dif. CM IPC/BTNF	1.332	(807.302)	(121)
Provisões Permanentes	4.764	-	(2.406)
Ajuda de Custo, Auxílio de Moradia, Diárias	729	(472)	(318)
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	-	(114)	(3.362)
Indenizações	20	(7)	(1)
Adições e Exclusões Temporárias			
Provisões de Riscos Processuais	94.313	(114)	(19.479)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	4.764	(1.620)	-
Reversão de Provisão - Devedores Duvidosos	(659)	224	122.932
Total dos ajustes	292.583	(57.393)	(233.679)
Compensação de prejuízo fiscal IR - 25%	121.257	30.314	-
Compensação da base negativa da CSLL - 9%	121.656	10.949	-
Imposto de Renda contabilizado		(96.257)	-
Tributos sobre o lucro contabilizados:			
Imposto de Renda Corrente		(70.709)	-
Contribuição Social Corrente		(25.548)	-
Total		(96.257)	-
Imposto de Renda Diferido		4.525	218.525
Imposto de Renda Diferido Anos Anteriores		-	-
Total		4.525	218.525
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro		38,92%	31,80%

34. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, no exercício de 2019 a companhia optou por contabilizar o déficit atuarial de sua responsabilidade que possuía em relação ao plano de pensão dos empregados na modalidade benefício definido.

Conforme CPC 23, erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que estava disponível quando da autorização para divulgação das demonstrações contábeis desses períodos e/ou pudesse ter sido razoavelmente obtida e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis. Em relação ao plano de pensão por anos a questão foi judicializada com o questionamento do real valor do déficit atuarial de responsabilidade da patrocinadora CODESP, sendo que os valores defendidos por ambas as partes eram muito divergentes e relevantes, não sendo possível estimar o montante do débito com suficiente segurança.

No decorrer do exercício de 2019, os envolvidos no plano de previdência (patrocinadoras, participantes ativos e assistidos, órgãos reguladores, ministérios) propuseram acordo para reestruturar o plano, com o objetivo de possibilitar sua continuidade. Na proposta de acordo estão delineadas as obrigações e valores dos déficits atuariais de cada patrocinadora, possibilitando a efetivação da contabilização.

Dessa forma, as estimativas do déficit atuarial para 31/12/2018 no montante de R\$ 922.418, demonstrado na nota explicativa nº 18, foi registrado em ajustes de exercícios anteriores e a responsabilidade pela elaboração do cálculo do déficit atuarial é da empresa Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.

35. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A companhia reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

36. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2019) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	40.062,37
EMPREGADOS	
- maior remuneração	40.920,87
- menor remuneração	1.072,79
- salário médio	11.822,30

CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO
Diretor Presidente

FERNANDO H.PASSOS BIRAL
Diretor de Administração e Finanças

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações

FERNANDO H.PASSOS BIRAL
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação
(em substituição)

JENNYFER TSAI
Diretora de Infraestrutura

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo sejam os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão - PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício - Plano de Benefício Portus 1 PBP1-, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício - CNPB da Previc sob o nº 19.780.055- 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal, decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11. O déficit atuarial da Codesp apontado no Balanço Patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 1,082 bilhões, calculado seguindo o CPC 23, será equacionado conforme as regras estabelecidas no Plano de equacionamento do déficit (PED), aprovado pelo Conselho de Administração da CODESP com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As contribuições extraordinárias a serem efetuadas de forma paritária entre patrocinadoras e participantes para equacionar o déficit do plano de pensão irão se iniciar no ano calendário de 2020. As informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.
2. A companhia não efetuou o teste de "impairment" para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC's TG 01 e 27.

Embora a companhia não tenha feito uma análise sistematizada para avaliar eventuais perdas por recuperabilidade de seus ativos nos últimos dois anos, a administração tem baixado, anualmente, os ativos não recuperáveis e afirma não haver evidência de que existam ativos registrados na contabilidade em valores maiores que os de mercado.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

- (1) Examinamos a Demonstração do Valor Agregado – DVA, levantada em 31/12/2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e equiparadas, por ser de grande porte, nos termos da lei nº 11.638/2007 e considerada como informação suplementar pelo padrão IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- (2) Examinamos, também, o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental relativas ao exercício findo em 31/12/2019, elaborado sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e, portanto, considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria elencados na NBC TA 805 e em nossa opinião está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- (3) As demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018 foram auditadas por nossa firma de auditoria, cujo relatório continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 11 de março de 2020.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0

DELIBERAÇÃO Nº 014.2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.**, em sua 580ª Reunião
(extraordinária) realizada nesta data e no uso da competência que lhe confere o
Inciso **XLV** do artigo 55, do Estatuto Social,

DELIBERA

Manifesta-se favoravelmente, consubstanciada
na Decisão **DIREXE nº 106.2020**, de 11-03-2020, ao encaminhamento das
Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31-12-2019,
acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes, à Assembleia Geral dos
Acionistas, recomendando a sua aprovação sem ressalvas.



Diogo Piloni e Silva
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CONFIS Nº 001.2020

O CONSELHO FISCAL da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual referente ao exercício de 2019, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e:

CONSIDERANDO o Parecer da AGUIAR FERES – Auditores Independentes S/S, de 11.03.2020, o qual concluiu que as demonstrações contábeis “apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”;

CONSIDERANDO o Relatório Anual – Exercício Social 2019, exarado pelo Comitê de Auditoria, o qual concluiu que o Relatório Anual, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e a opinião emitida pela empresa de auditoria independente AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S podem ser submetidas à deliberação do Conselho de Administração, destacando-se as seguintes oportunidades de melhoria “(a) há necessidade de aprimoramento nas três linhas de defesa da Companhia, quais sejam: Gestão Operacional (1ª Linha de Defesa), Controle Internos, Compliance e Gestão de Riscos (2ª Linha de Defesa) e Auditoria Interna (3ª Linha de Defesa); (b) apesar de o processo contábil não seguir todas as normas legais e as práticas adotadas no Brasil, a Companhia deixa isso evidenciado nas Notas Explicativas; (c) o Mapeamento de Riscos e Controles Internos estão em fase inicial de elaboração e precisam ser concluídos rapidamente de forma a mitigarem o risco de distorção relevante nas informações financeiras da Companhia; (d) a Auditoria Interna precisa ser melhor adequada ao porte e complexidade das operações da Autoridade Portuária de Santos; (e) a Companhia necessita criar suas políticas de Environmental, Social and Corporate Governance – ESG (f) há necessidade de melhoria no trabalho realizado pela empresa de

auditoria independente das Demonstrações Financeiras, sobretudo no que tange à execução dos testes de controles e procedimentos analíticos e substantivos”; e

CONSIDERANDO a ausência de manifestação da Auditoria Interna acerca dos documentos ora examinados;

1. Ressalva que não foi elaborada a manifestação da Auditoria Interna acerca dos documentos ora examinados, nos termos do inciso II do parágrafo 3º do art. 9º da Lei n. 13.303/2016, e que o Relatório Circunstanciado de Controle Interno de responsabilidade da Auditoria Independente não foi entregue de forma a subsidiar a opinião deste conselho; e
2. Opina favoravelmente às propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas, enfatizando-se a necessidade de observância das oportunidades de melhoria elencadas pelo Comitê de Auditoria no Relatório Anual – Exercício Social 2019.

Santos, 16 de março de 2020.



Fabiana Vieira Lima
PRESIDENTE



Natália Resende Andrade Ávila
CONSELHEIRA



Roberto Rodrigues Loiola
CONSELHEIRO